

## DEFINIÇÕES DA XI ASSEMBLEIA GERAL

A décima primeira Assembleia Geral do Mandato, realizada nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, em Ouro Branco, foi marcada por todos, pelo entusiasmo e esperança de poder debater e propor novas ações.

A participação ativa das lideranças políticas, segmentos religiosos, movimentos sociais e associações comunitárias representando as nove regionais do Mandato, enriqueceram a discussão. Reafirmaram os cinco eixos temáticos e implementaram mais dois eixos – Juventude e Mulher. Inspirados na Missão e no tema “Desafios Políticos e Sociais: conhecer para trabalhar” os delegados (as) traçaram novas metas e diretrizes para serem trabalhadas nos próximos anos.

**Confira os eixos Temáticos com as suas respectivas diretrizes deliberadas pela Assembleia:**

### 1. Direito à Terra e à Habitação

1. Acompanhamento das demandas institucionais e jurídicas e dos conflitos envolvendo assentados/acampados;
2. Realização de audiências públicas para fins de reforma agrárias;
3. Combate à expansão do agronegócio (monocultura) e defesa da atualização dos Índices de Produtividade;
4. Defesa da Reforma Agrária como política estruturante para o desenvolvimento do Brasil;
5. Ampliação das parcerias com os movimentos sociais de luta pela terra;
6. Acompanhamento de suspeitas de abusos por parte de autoridades e órgãos ambientais no tratamento às demandas pela regularização ambiental (licenciamento, autorização do desmate e outorga);
7. Incentivo à elaboração de um projeto de iniciativa popular e à criação de um Fundo de Habitação;
8. Incentivo à criação de um Conselho Municipal de Habitação;
9. Intensificar a conscientização da importância da produção de alimentos agroecológicos;
10. Lutar contra a burocracia no Crédito Fundiário e na liberação de recursos;
11. Promover a capacitação de Conselheiros e lideranças do CMDRS e do CMH;
12. Incentivar o Crédito Solidário;
13. Realização de Seminário sobre o Crédito Fundiário no município de Alvinópolis (levantamento das terras devolutas e trabalho nas áreas das comunidades quilombolas);
14. Elaboração de um Projeto de Lei em consonância com a PEC Nacional, vinculando 1% do total de receitas do Estado ao Fundo Estadual de Habitação (FEH);
15. Elaboração de material de divulgação das ações pertinentes ao eixo;
16. Apoiar a campanha sobre o limite máximo das prioridades rurais;
17. Que o Mandato priorize o eixo de Habitação dando melhor estrutura para a criação de associações locais e regionais de moradia.

### 2. Agricultura Familiar

1. Apoiar a regularização e a titulação de terras urbanas e periurbanas;
2. Trabalhar as políticas públicas para mulheres e jovens;
3. Incentivar a criação dos Comitês Estaduais e Municipais de Alimentação Escolar

(CAE) para fiscalização e monitoramento da Lei 11947;

4. Trabalhar mais na divulgação das informações relativas ao “Crédito Mais Alimento”.
5. Mobilizar/incentivar a luta para que o Crédito Fundiário tenha seu teto ampliado para 100 mil reais e o tempo de carência para 8 anos;
6. Pressionar junto ao MDA quanto às exigências do Banco do Brasil para o Pronaf e Crédito Fundiário;
7. Lutar pela implantação do Banco de Sementes crioulas, conforme a lei 18374/09, de autoria do deputado Padre João, e para que essa seja a origem das sementes fornecidas pelo Programa Minas sem Fome. Além disto, garantir que os agricultores que produzem sementes crioulas sejam devidamente remunerados;
8. Desburocratizar o extrativismo sustentável;
9. Destinar esforços para a votação do projeto de lei 1010/07, de autoria do deputado Padre João, que visa a compensação e proteção aos agricultores familiares cujas terras possuem áreas de preservação permanente ou destinadas à preservação ambiental; e divulgá-lo;
10. Trabalhar o incentivo à produção agroecológica (agricultura, pecuária e saúde);
11. Incentivar criação de associação de reflorestamento legal em terras devolutas;
12. Desburocratizar o extrativismo sustentável inclusive em áreas de parques estaduais e de preservação permanente;
13. Desburocratizar o acesso à Emater e ao IEF;
14. Junto com o MDA, promover reuniões com a Conab para discussão sobre isenção de impostos federais sobre os alimentos;
15. Capacitação de todos os Conselheiros de todos os Conselhos Municipais (Saúde, da Educação, da Agricultura Familiar etc);
16. Acompanhar os casos do “Crédito Fundiário” divulgando os resultados.

### **3. Desenvolvimento Sustentável**

1. Em um grupo conscientizado e politizado, planejar a construção, em âmbito nacional e estadual das seguintes questões:
  - . matriz energética;
  - . mineração;
  - . siderurgia;
  - . supra-alcooleiro (etanol);
  - . consórcio para gestão de resíduos sólidos;
  - . definições do Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente e da Saúde;
  - . pesca.
2. Incentivar a implementação programas federais para revitalização de bacias hidrográficas, como há para o Rio São Francisco e Paraíba do Sul, ou a nível nacional do Araguaia;
3. Divulgar e incentivar a utilização de recursos do Fhidro para recuperação de bacias hidrográficas;
5. Regularização fundiária: atentar para a atuação do ITER, que está deixando comunidades de lado;
6. Prestar assessoramento técnico e jurídico nas questões ambientais;
7. Criar ou modificar leis para:
  - . incentivar o uso de papel reciclado;
  - . Substituir sacolas plásticas por ecológicas, utilizando costureiras, com prazo, para a extinção das sacolas plásticas e incentivo às cooperativas (Economia Solidária).
  - . ICMS Ecológico: Projeto de Lei vinculando projetos socioambientais na unidade e no seu entorno.

- . Saneamento – incineração ou destinação correta do lixo, sobretudo o lixo hospitalar.
- . COPASA – 0,5% do faturamento tem que ser aplicado onde capta água para revitalização.
- . Condicionar a taxa de esgoto à implantação do serviço.
- . Agroecologia – 30% do Orçamento para o meio ambiente.
- . Obrigatoriedade das grandes empresas tratarem/recuperarem seu passivo ambiental e com prazo para isto.
- . Criar agenda de apoio aos CMDRS e CODEMAs.
- . Criar projeto de lei que determine a obrigatoriedade das empresas de médio e grande porte realizarem audiências públicas para tratar das ações ao meio ambiente
- . Implantar a disciplina de Educação Ambiental no Currículo Escolar no Estado e, conseqüentemente, nos municípios.
- 8. Elaborar Cartilha de Educação Ambiental com o papel dos órgãos ambientais, entidades ecológicas, coleta seletiva, reciclagem do lixo, usina de compostagem, CODEMAs e Conselhos Gestores de APAs, bem como de Comitês de Bacias Hidrográficas (no mínimo com dados pertinentes aos municípios de atuação do Mandato;
- 9. Realizar Seminário de Política Ambiental para esclarecimento às lideranças como agir diante de problemas de impacto ambiental;
- 10. Divulgar para os vereadores a lei que inclui a disciplina de Educação Ambiental no currículo escolar;
- 11. O Mandato utilizar apenas o papel reciclado;
- 12. O Mandato não usar copos descartáveis e não ornamentar usando balões.

#### **4. Igualdade Racial**

1. Acrescentar na lei do Hino à Negritude, de autoria do deputado Padre João, a obrigatoriedade da sua execução em eventos da comunidade afrodescendente;
2. Dar maior divulgação e visibilidade às leis que defendem a igualdade racial, especialmente a lei 11645, que trata do estudo da África e dos afrobrasileiros na grade curricular das escolas públicas e privadas;
3. Dar maior visibilidade às ações da Frente Parlamentar de Igualdade Racial
4. Que o Mandato promova e discuta uma aproximação dos Movimentos Sociais Negros;
5. Acrescentar emenda à lei que garante as cotas nas universidades estaduais, garantindo a permanência dos alunos;
6. Criar Programas de formação técnica e política nas comunidades quilombolas e nos movimentos sociais negros;
7. Destinar um assessor do Mandato para este eixo temático;
8. Ampliar e destinar emendas parlamentares ao Orçamento para os Conselhos e projetos dos movimentos sociais negros.

#### **5. Educação e Cultura**

1. Colocar a Educação como um dos eixos prioritários do Mandato;
2. Divulgar melhor a lei que estabeleceu o Piso Salarial Nacional Unificado do Magistério, pois ainda há grande desconhecimento sobre o tema;
3. Apoiar, na medida do possível, o movimento sindical dos servidores municipais, inclusive com assessoria para formação de sindicatos e informações. O Mandato deve apoiar a formação de novos sindicatos nos municípios;
4. Capacitar as lideranças em metodologia de projetos. É necessário aprender a fazer

projetos para captação de recursos e outros fins;

5. Promover a capacitação de membros dos conselhos municipais de educação para fiscalizar os recursos públicos e sua destinação;
6. Propor a reformulação da Lei que contém o Estatuto do Magistério Mineiro;
7. Esclarecer melhor a comunidade em geral sobre a ilegalidade do pagamento de taxas diversas nas escolas públicas;
8. Propor a criação de um incentivo á docência na área rural;
9. Propor a inclusão de alojamentos para professores nas escolas rurais;
10. Lutar pela ampliação das escolas de tempo integral;
11. Acompanhar e informar as regionais sobre a Conferência Nacional de Educação;
12. Propor campanha estadual incentivando a participação da família na vida escolar dos alunos;
13. Lutar pela vinculação de recursos orçamentários para esportes e cultura;
14. O mandato deve sempre divulgar as fontes de financiamentos para a área de cultura e esportes;
15. Lutar pela expansão do ensino médio integrado á educação profissional especialmente a escola de tempo integral na área rural;
16. Defender que os trabalhadores da educação dos diversos municípios mineiros que usam transporte público tenham direito ao vale-transporte;
17. Lutar por mais recursos orçamentários para as universidades públicas mineiras: a UEMG e a UNIMONTES;
18. Cobrar melhor qualidade no atendimento do transporte escolar em MG, como um direito dos alunos e professores;
19. Defender um atendimento global ao aluno (psicólogos, fonoaudiólogos etc) para garantir educação de qualidade;
20. Destinar esforços para acabar com a nucleação nas escolas rurais.

## **6. Juventude e Movimento Estudantil**

1. Criar e incentivar espaços de interlocução entre os diversos segmentos da juventude rural e urbana;
2. Viabilizar o acesso a Políticas Públicas específicas nas áreas da saúde, trabalho, cultura e lazer;
3. Promover e incentivar debates e encontros de formação e informação sobre prevenção ao uso de drogas, meio ambiente e esportes;
4. Incentivar a participação do jovem nos movimentos sociais e estudantis;
5. Estimular e inserir o jovem na sociedade como protagonista e agente de transformação.

## **7. Mulher**

1. Incentivar e promover a participação e integração social e política da mulher;
2. Trabalhar programas e projetos nas áreas de atuação, especificamente de geração de trabalho e renda;
3. Incentivar a inserção das mulheres nos movimentos sociais, sobretudo nos grupos e conselhos de mulheres.

## **DA FORMAÇÃO PERMANENTE**

A XI Assembleia deliberou também sobre os módulos, local e período do Curso de

Formação. O curso será realizado no município polo das respectivas regionais, visando melhor acesso dos participantes.

Os quatro últimos módulos serão reduzidos em dois (os módulos VI e VIII serão extintos e o conteúdo dos mesmos que não tiverem sido contemplados nos I, II, III e IV serão abordados nos V e VII. Portanto, no módulo V, será incluído o tópico: “Atuação da Igreja Católica de 64-80” e no VII, o “Mecanismos de controle social – CF de 1988”;

O cronograma do Curso será concluído no primeiro semestre de 2010, devido às eleições.

#### **Datas e locais de realização:**

Etapa	Data	Regional (is)	Município
1ª	06 de fevereiro	Leste	Manhuaçu
	20 de fevereiro	Vale do Piranga e Zona da Mata	Viçosa
	27 de fevereiro	Alto Rio Grande	Lavras
	06 de março	Alto Paraopeba/Inconfidentes	Congonhas
	13 de março	Vale do Aço/Médio Piracicaba	João Monlevade
	20 de março	Mantiqueira	Barbacena
	10 de abril	Norte	Montes Claros
2ª	17 de abril	Leste	Manhuaçu
	24 de abril	Vale do Piranga e Zona da Mata	Ponte Nova
	15 de maio	Alto Rio Grande	Campo Belo
	22 de maio	Vale do Aço/Médio Piracicaba	Antônio Dias
	29 de maio	Alto Paraopeba/Inconfidentes	Ouro Branco
	12 de junho	Mantiqueira	Barbacena

Obs.: na Regional Norte, todos os módulos restantes serão concluídos em um único encontro

#### **Grade curricular atualizada:**

##### **Módulo V – Movimentos sociais no Brasil**

1- Movimento Sindical

2- Movimentos sociais contemporâneos

2.1- Pastorais sociais da Igreja

3- A tentativa de criminalização dos movimentos sociais no Brasil

4- A resistência dos movimentos sociais brasileiros

5- Atuação da Igreja católica de 64 a 80

## **Módulo VII – Políticas Públicas e Programas Governamentais**

- 1- Políticas Públicas: Conceitos/Elaboração/Aplicação
- 2- Programas: Planejamento/Metas
- 3- Experiências de planejamentos participativos
- 4- Criação dos mecanismos de controle social pela Constituição Federal